

Constituinte decide mandato amanhã

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A Constituinte decidirá amanhã qual a duração do mandato do presidente José Sarney. É a informação que o Palácio do Planalto recebeu ontem de suas lideranças parlamentares. E a certeza de vitória do presidente Sarney é tanta que ele ontem não tomou muito tempo dos 12 ministros e dos líderes que com ele se reuniram no Palácio do Planalto: concluiu que o mandato de cinco anos está assegurado. Um assessor direto do presidente chegou a dizer: "As inscrições para votar em favor de Sarney estão fechadas. O que vier agora fica por conta da euforia".

A emenda que será votada em primeiro lugar, por ter sido apresentada com apoio de 316 constituintes, é a do deputado paranaense Mathews Jensen (PMDB). O governo tem se mobilizado pela aprovação dessa emenda, que garante cinco anos para Sarney. Mas há também cerca de 30 pedidos de destaque para outras emendas que tratam do mesmo assunto.

O ministro-chefe do Gabinete Civil está otimista, confiante em que o presidente da República será apoiado por mais constituintes que os que permitiram a apresentação da emenda Jensen. "O presidente conta com 330 votos", disse Ronaldo Costa Couto. São dez votos a mais do que se previa na semana passada. As informações do Planalto se baseiam nos últimos levantamentos levados a Sarney pelo líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA).

Na reunião de ontem, o "Grupo dos Dez", como vem sendo chamado o grupo de ministros ligados ao presidente, foi também ampliado e se transformou em "Grupo dos Doze". São eles Ronaldo Costa Couto, do Gabinete Civil; Bayma Denny, do Gabinete Militar; Prisco Viana, da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente; Antônio Carlos Magalhães, das Comunicações; Jader Barbalho, da Reforma e do Desenvolvimento Agrário; Borges da Silveira, da Saúde; Hugo Napoleão, da Educação; José Hugo Castelo Branco, da Indústria e do Comércio; Iris Rezende, da Agricultura; Vicente Filho, da Irrigação; José Reinaldo

Tavares, dos Transportes; e o general Ivan de Souza Mendes, chefe do Serviço Nacional de Informações. Participaram ainda os líderes Carlos Sant'Anna (Câmara); Saldanha Derzi (Senado); José Lourenço e Marcondes Gadelha (líderes do PFL na Câmara e no Senado, respectivamente) e o ministro-chefe da assessoria especial do presidente, Thales Ramalho.

OBSTRUÇÃO

O Centrão poderá paralisar a Assembleia Constituinte, se nesta semana o PT, o PDT e a esquerda do PMDB obstruírem a decisão sobre o mandato do presidente Sarney. Foi o que declarou ontem o deputado paulista Roberto Cardoso Alves, acrescentando: "Falamos por aí que a votação do mandato ficaria para depois do dia 9. Aí a reação será nossa. Lutaremos para impedir a promulgação da nova Constituição, parando tudo".

Segundo Cardoso Alves, se paralisada a Constituinte, o presidente Sarney terá seis anos de mandato, com eleições somente em 15 de janeiro de 1991 e posse do eleito em 15 de março do mesmo ano. "Valerá o tempo de mandato previsto no termo de posse de Sarney perante o Congresso Nacional — seis anos", observou.

Na condição de um dos coordenadores do Centrão, Roberto Cardoso Alves não concorda com a idéia de só votar o mandato de Sarney no dia 9, ou depois, se nesta semana houver obstrução cerrada das esquerdas. Ele acha que o texto básico do Centrão deve ter prioridade, "pois é uma emenda coletiva".

Diferente da votação do mandato presidencial na nova Constituição, a definição da duração do mandato do presidente Sarney não deve provocar a mobilização dos jatinhos postos à disposição do Centrão para garantir os cinco anos. "Se for preciso, nós iremos buscar deputados e senadores, mas por enquanto tudo está muito tranquilo", disse Cardoso Alves.

A liderança do governo preocupou-se, no final da semana passada, em mandar telegramas para todos os endereços dos constituintes cincoanistas, pedindo seu comparecimento à votação.



Líder pode voltar ao governo

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Na reforma ministerial prevista para depois de definido o mandato de Sarney — ou após a promulgação da nova Constituição — o líder do governo, deputado Carlos Sant'Anna, poderá voltar à Esplanada dos Ministérios — Indústria e Comércio, Saúde ou Previdência Social. A informação foi dada, ontem, por um influente líder do PMDB.

O mesmo informante fez a ressalva: dificilmente o presidente da República exoneraria Renato Archer. Essa providência marcaria, claramente, a opção de Sarney pelo PMDB moderado e pelo PFL, o que não ajudaria ao governo, arriscando-se a ficar sem maioria parlamentar.

O presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, teria advertido o líder Carlos Sant'Anna sobre a inconveniência de Sarney exonerar Renato Archer, Luiz Henrique e Celso Furtado depois de definida a questão do mandato ou após a promulgação da nova Constituição.

Dirigentes do PMDB lembraram, ainda, o recente almoço que o ministro da Previdência ofereceu ao governador do Maranhão, Epitácio Cafeteria, com a presença de Ulysses e dos filhos do presidente da República — Sarney Filho e Fernando Sarney. No dia seguinte, porém, cobrado pelo líder José Lourenço (PFL), Fernando Sarney esclareceu que não havia participado de qualquer ato de solidariedade ao ministro Renato Archer, mas de um almoço em homenagem ao governador do Maranhão.

Ulysses define os próximos passos

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Seguir o regimento, votando o texto do Centrão, ressaltados as emendas e os destaques e fazer o maior número possível de fusões de emendas e artigos para tornar mais rápidos os trabalhos. Esta é a proposta de critério de votação das Disposições Transitórias que o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, apresentará hoje durante reunião com as lideranças. Ulysses deverá usar toda a manhã articulando os critérios de votação do título das Disposições Transitórias. A tarde, como prometeu ao líder do governo, Carlos Sant'Anna, ele colocará em votação o capítulo referente aos índios.

Como o título das Disposições Transitórias não possui capítulos e sim artigos heterogêneos, as esquerdas proclamavam ontem a necessidade de se levar à votação cada artigo separadamente, como se fosse um capítulo, sem aprovação prévia de um texto base. Enquanto isso, o líder do Governo, Carlos Sant'Anna, argumentava que deveria ser seguido o regimento, com a votação de um texto-base, do Centrão, ressaltados os destaques e emendas, conforme ocorreu na votação de todos os capítulos do texto permanente da Constituição. A questão será discutida hoje na reunião de lideranças, mas desde o início da tarde, ao chegar na Câmara, Ulysses defendeu o uso dos critérios de votação do regimento.

"Nas Disposições Transitórias existe a emenda coletiva do Centrão e, se for aprovada, votaremos as emendas e destaques a cada um dos artigos", afirmou.

Espera, porém, elaboração de fusões de emendas aos artigos. "O que tem de ser feito é votar. Vamos desenvolver a votação, se possível com o entendimento das lideranças", disse Ulysses. "Estamos mobilizados para que haja quórum pleno", acrescentou o líder Carlos San-

t'Anna, que ontem recebeu de Ulysses a promessa de que o capítulo dos índios — o último da parte permanente da Constituição — seria votado hoje, com ou sem acordo de lideranças. Neste caso, o título das Disposições Transitórias, onde se inclui o mandato do presidente Sarney, pode ser votado na quinta-feira. "Pode ser votado até mesmo amanhã (hoje) se assim quiser o plenário, porque a votação do capítulo do índio será rápida", argumentou Carlos Sant'Anna.

O relator da Constituinte, deputado Bernardo Cabral, concorda com Ulysses quanto ao critério de votação das Disposições Transitórias e deve defender a proposta de usar o texto base na reunião de hoje. Ontem, Cabral passou o final da tarde conversando sobre o assunto no gabinete de Ulysses e, na saída, afirmou que defenderá o acordo em matérias não polêmicas. "No que não houver acordo, leva-se a votação", afirmou. Também o senador Mauro Benevides, vice-presidente da Constituinte, participou do encontro, e disse que os critérios de votação serão mesmo definidos hoje na reunião da mesa da Constituinte e no encontro de lideranças. Segundo ele, além da proposta de Ulysses e da intenção da esquerda de votar em separado cada artigo das Disposições Transitórias, existe a alternativa de condensar artigos não polêmicos para votação em bloco, isolando os polêmicos. Para isso, será necessário um acordo de todas as lideranças.

CRÍTICAS

O deputado Luiz Roberto Ponte (PMDB-RS) criticou ontem os que estão mais preocupados com o mandato do presidente Sarney do que com a futura Constituição. Defensor dos cinco anos de mandato para o presidente, ele disse que o PMDB foi o responsável pela economia do País até o final do ano passado. "Somos co-participantes do fracasso de Sarney e temos de assumir isso", completou.

Leite ganha cota de aço para votar nos 5 anos

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O deputado Jorge Leite, do PMDB do Rio, vai dedicar todo o tempo que lhe resta de mandato à defesa do governo Sarney. É que ele assumiu compromisso com o presidente, por ter sido apresentado com uma cota de exportação de aço da Companhia Siderúrgica Nacional. Foi o próprio Jorge Leite quem deu essa informação a um presidente de partido com quem discutiu recentemente a possibilidade de filiação de seu filho, Marcos Leite. Essa é mais uma denúncia de constituinte favorecido pelo governo federal na ofensiva para garantir os cinco anos de mandato para Sarney.

Leite, que também recebeu do governo uma concessão de emissora

de rádio em Itaguaí (RJ), confessou ao dirigente partidário estar mais interessado em sua atual atividade, de intermediação de venda de aço para o Exterior, especialmente para a Argentina. O deputado fluminense abriu uma empresa com esse fim, logo depois de ganhar do presidente da República uma cota de exportação de 20 mil toneladas mensais.

Defensor intransigente do mandato de cinco anos, o deputado, que muitas vezes já se rebelou contra seu partido, ameaçando deixá-lo, entrou no fechado clube dos exportadores de aço com a expulsão de outras empresas do setor. Uma delas é a Silva Sampaio Comércio e Indústria de Ferro, de Nova Iguaçu, que operava no mercado desde 1949.

O aço é considerado excelente negócio, principalmente para os exportadores — não há risco nem obrigação de depósito, a que estão obrigadas as empresas que operam no mercado interno.

A ofensiva do Palácio do Planalto para garantir os cinco anos tem crescido nos últimos dias, e os autores de denúncias sobre favores do governo a deputados e senadores geralmente preferem ficar anônimos, alegando ser difícil comprová-los. Já foram citados como beneficiários, além de Jorge Leite, os deputados Aluísio Teixeira (PMDB-RJ), Geovani Borges (PFL-AP), Paulo Zarzur (PMDB-SF) e Gastone Righi (SP), líder do PTB, que teria ganhado mais uma emissora de rádio em Santos.

Investida de Jânio não teve sucesso

As investidas do prefeito Jânio Quadros em favor do mandato de cinco anos para o presidente Sarney não estão tendo o resultado esperado. Na sexta-feira, ele esteve com um deputado constituinte do PTB paulista, janista histórico, a quem pediu apoio para os cinco anos. O parlamentar, no entanto, permaneceu firme em sua defesa de eleições presidenciais ainda este ano. Mesmo assim, admite que, "de Minas Gerais para cima, todos querem cinco anos".

Já o senador Fernando Henrique Cardoso negou ontem que pretende ser candidato a prefeito de São Paulo pelo PMDB ou pela nova sigla que irá surgir. "Da outra vez, eu fui candidato porque o PMDB precisou; agora já tem candidato, João Osvaldo Leiva. Se houver o partido dos dissidentes, há vários outros nomes para concorrer à prefeitura", disse.



Luciano Andrade-AJB

Cacique espera a votação do capítulo sobre os índios

Questão indígena vai a plenário com acordo

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Após seis horas de negociações, foi fechado ontem acordo sobre o capítulo que trata da questão indígena. "O acordo satisfaz os interesses da Constituinte e dos índios, porque garante as suas prerrogativas e, além de atender razoavelmente aos interesses nacionais", disse o senador Mário Covas (PMDB) aos cerca de 150 índios que aguardavam a conclusão da reunião. Animados, eles bateram palmas e deram gritos de saudação.

Pelo acordo, foi definitivamente excluída da nova Constituição qualquer discriminação aos índios aculturados, fato considerado como a maior de todas as vitórias no capítulo pelo deputado Tadeu França (PMDB-PR), da Frente Parlamentar do Índio. O deputado Fábio Feldman (PMDB-SF) ressaltou ainda que o parágrafo quinto do artigo 269, incluído à última hora, foi igualmente vantajoso, porque obriga os garimpeiros que estão em terras indígenas a sair.

INTERFERÊNCIAS

O acordo foi retardado principalmente por causa das interferências do deputado José Lins (PFL-CE), um dos líderes do Centrão, que defende quatro anos de mandato para o presidente Sarney. Foi ele quem mais resistiu à retirada da questão dos aculturados da nova Carta, ponto que consumiu a maior parte das negociações.

Além dos índios, representantes do Conselho de Segurança Nacional (CSN), liderados pelo comandante Afonso Barbosa, acompanharam todas as negociações. Ao final, o comandante conversou com o cacique Raoni e disse que os índios "testemunharam o esforço de todos para fazer o melhor pela classe. O resultado foi um final feliz para todos, porque eles poderão trabalhar em suas terras e os conflitos vão acabar, o que traz mais segurança para os índios". Para Tadeu França, entretanto, o acordo foi "o possível, mas não o ideal". O ex-deputado Márcio Santilli, que participou das negociações, considerou por sua vez o acordo ruim para os índios.

Senado deve votar eleição hoje

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O Senado deverá votar hoje, pela manhã, o projeto de regulamentação das eleições municipais e da propaganda eleitoral gratuita a partir do parecer que o relator, José Fogaça (PMDB-RS), concluiu ontem à noite e que tem como principais novidades a inclusão da proibição de boca de urna no dia da eleição nos locais de votação e de utilização de outdoors de propaganda de candidatos.

Na reunião dos líderes partidários com Fogaça ficou acertado que, se forem oferecidas emendas em plenário, ele dará parecer oral. Será então pedida urgência urgentíssima para a votação do projeto, que deverá ser feita através das lideranças.

Em relação ao projeto originário da Câmara, Fogaça fez muitas alterações (todas comunicadas aos líderes partidários na Câmara e contando com o apoio deles), reduzindo o prazo de demissões no serviço público municipal para a partir da data de promulgação da regulamentação das eleições. Pelo projeto aprovado pelos deputados federais as demissões eram proibidas retroati-

vamente a nove meses antes das eleições (15 de fevereiro último) e eram aplicadas também aos governos federal e estadual.

Para a questão dos municípios novos, o relator resolveu criar duas alternativas: participar os municípios criados até a data estabelecida pelas legislações estaduais, sendo excluídos da eleição aqueles que forem criados depois de 15 de julho próximo. Essa emenda possibilita a inclusão da Barra da Tijuca nas eleições, caso sua emancipação se faça até a data-limite proposta.

Dois Turnos

As eleições em dois turnos nos municípios com mais de 200 mil eleitores foram condicionadas à sua aprovação também pela Constituinte. Em caso contrário, os líderes ou a Justiça Eleitoral deverão excluir esse dispositivo, posteriormente, em novo projeto.

Na propaganda eleitoral, o relator pouco inovou: são garantidos 45 dias de propaganda gratuita com 90 minutos diários divididos em dois blocos, sendo um obrigatoriamente à noite, entre as 20h30 e 22h30, e ao qual terão acesso todos os partidos.



Jozeil C. de Freitas

Gil diz que procurou Leiva para aprender política

Gil, candidato, visita Leiva

O cantor e compositor Gilberto Gil visitou ontem o secretário de Obras do Estado, João Osvaldo Leiva, com quem esteve na sede da Secretaria por cerca de 15 minutos. Gil descartou a hipótese desse primeiro encontro ser o início de um acordo dentro do PMDB envolvendo o governador Orestes Quércia. "É prematuro falar desse tipo de coisa. O secretário está ligado há muito tempo a um trabalho com a vida da cidade, às questões administrativas e políticas. E eu agora estou entrando nessa coisa. Tenho muito que aprender e conversar com pessoas como ele", disse Gil.

A conversa, segundo Gil, girou em torno das cidades de São Paulo e Salvador, dos projetos culturais que o secretário julga importantes para São Paulo e também "das prováveis candidaturas nossas às prefeituras das respectivas cidades". Mesmo dizendo que não veio a São

Paulo à procura de apoio político do governador, Gilberto Gil admitiu que seu encontro foi uma articulação política. "Eu não vinha para obter apoio político, mas para aprofundar laços. Política se faz encontrando as pessoas e conversando." O encontro não significa um eventual apoio seu a Leiva: "É cedo para falar em apoio".

ALINHADO

Muito elegante, vestido com um terno verde de linho, recém-chegado da França, onde tratou de assuntos relativos à Fundação Gregório Matos, da qual é presidente, o cantor explicou que o fato de apoiar cinco anos de mandato para o presidente José Sarney não significa "apoio direto ou concordância com o governo. É preciso ver a questão política e a transição. No meu entender, os cinco anos seriam hoje um caminho menos tumultuado".

Para Jarbas, adiar é golpe

AGÊNCIA ESTADO

O prefeito de Recife, Jarbas Vasconcelos (PMDB), classificou ontem de "golpista" a possibilidade de prorrogação dos mandatos dos atuais prefeitos e vereadores, com o adiamento das eleições previstas para novembro. Vasconcelos, que também é presidente da Associação dos Prefeitos das Capitais, ressaltou que não acredita na aprovação da proposta pela Constituinte, pois ela é "extremamente impopular".

A opinião de Vasconcelos foi reforçada por outro prefeito de capital, Roberto Requião, de Curitiba, também do PMDB. "A prorrogação dos mandatos só interessa a quem não gosta de eleição", afirmou Requião. Para o prefeito de Curitiba, a manutenção das eleições em novembro "é uma bandeira que precisa ser defendida do ponto de vista político, ideológico e da decência". Ele acredita que há grupos interessados em vincular as eleições municipais às presidenciais porque, "se feitas isoladamente, fica mais difícil para os políticos que querem utilizar a máquina do governo para se eleger".

Em Belo Horizonte, o deputado mineiro Roberto Brant (sem partido) apontou os governadores de São Paulo e de Minas, Orestes Quércia e Newton Cardoso, como os maiores interessados no adiamento: "Eles jogam com a prorrogação porque estão pensando nas eleições para presidente. Querem usar a máquina dos municípios numa eleição 'casada', em que serão eleitos 50 mil vereadores". Brant também acha provável que a medida — "uma coisa tão vergonhosa" — seja aprovada pelos constituintes.

O líder do PDT na Assembleia Legislativa, Porfírio Peixoto, denunciou em Porto Alegre como "eleitoreio e demagógico" o programa de abertura de estradas vicinais lançado pelo governador Pedro Simon, a poucos meses da eleição municipal.

"Lobbies" ignoram Sarney

Trama-se de tudo nos corredores e salas do Congresso Nacional. Enquanto a Nação aguarda a decisão dos constituintes sobre a permanência de Sarney por mais um ano na Presidência, os lobbies já estão um passo à frente: indiferentes ao mandato, estão preocupados em tirar ou manter assuntos de seu interesse no segundo turno da votação da nova Constituição.

Circulam por todos os cantos: salas das comissões da Assembleia Nacional Constituinte, café da Câmara dos Deputados e, principalmente, dentro dos gabinetes. São, por exemplo, senhores sisudos, ternos, pasta e até bengala, que tentam convencer os constituintes, em nome dos empresários, a suprimir a jornada de seis horas, aprovada na primeira votação.

O seu lema é "Seis horas que abalarão o Brasil", um trocadilho patronal ao livro do escritor comunista John Reed, "Dez dias que abalarão o mundo", ao referir-se às consequências da revolução russa de 1917. "Ninguém ganha, todos perdem", explica um folheto bem

feito, em papel couchê, que o Instituto Brasileiro de Siderurgia está distribuindo.

Hoje, vários empresários das indústrias siderúrgicas, papel e celulose, química e petroquímica, têxtil e cimento entre outros, reúnem-se para discutir as seis horas. "Para cumprir a jornada de apenas seis horas, o operário terá de trabalhar mais 17 dias por ano", esclarece o folheto. Os empresários garantem ainda que o turno de seis horas "significa menor competitividade, menos vendas, menos exportações, menos divisas, menos empregos".

Enquanto isso, no auditório do anexo quatro — um dos edifícios agregados ao Congresso — os sindicalistas discutem a permanência das seis horas no texto da Constituição. Ontem, eles passaram a tarde reunidos com diretores do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), deputados do PT e estudiosos das leis do trabalho. Eram representantes dos aeronautas, eletricitários, dos trabalhadores da indústria siderúrgica, entre outras.